

DIREITO DAS SUCESSÕES

LUIZ PAULO VIEIRA



SÃO PAULO
EDITORIA ATLAS S.A. - 2014

© 2013 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho, Luiz Paulo Vieira de.
Direito das sucessões / Luiz Paulo Vieira de Carvalho. --
São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-8823-0
ISBN 978-85-224-8824-7 (PDF)

1. Direito civil 2. Direito das sucessões I. Título.

14-00369
CDU-347.65

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito das sucessões : Direito civil 347.65

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

Apresentação, xxiii

Prefácio, xxv

Nota do autor, xxvii

Introdução: breve histórico, 1

TÍTULO I – DA SUCESSÃO EM GERAL, 13

Capítulo I – Disposições Gerais, 15

- 1 Conceito de sucessão: sucessão *inter vivos* e sucessão *causa mortis*, 15
- 2 Fundamento do direito sucessório, 19
- 3 Sucessão hereditária em sentido objetivo e sucessão hereditária em sentido subjetivo, 22
 - 3.1 Sucessão hereditária em sentido objetivo, 23
 - 3.1.1 Objeto da sucessão: bens intransmissíveis por herança, 37
 - 3.2 Sucessão hereditária em sentido subjetivo, 48
- 4 Da transmissibilidade (ou não) dos alimentos em sede sucessória, 49
- 5 Herança e eventual meação, 56
- 6 Designação sucessória e vocação hereditária, 58
- 7 Abertura da sucessão hereditária, 59
- 8 Sucessão do ausente, 65
- 9 Sucessão do desaparecido político, 72
- 10 Ausência para efeitos exclusivamente previdenciários, 72
- 11 *Saisina (droit de saisine)*, 75
- 12 Delação ou devolução sucessória, 92

- 13 Lei aplicável à sucessão, 96
- 14 Comoriência, 101
- 15 Lugar da abertura da sucessão – sucessão no espaço, 104
- 16 Sucessão internacional: estatuto legal sucessório a ser aplicado e competência, 108
- 17 Espécies de sucessão, 116
 - 17.1 Quanto à destinação dos bens da herança: sucessão a título universal (herdeiros) e sucessão a título singular (legatários), 116
 - 17.2 Quanto à fonte: sucessão legítima, sucessão testamentária, sucessão mista e sucessão contratual, 118
 - 17.2.1 Sucessão testamentária: noções, 127
 - 17.2.2 Sucessão legal anômala ou irregular, 133

Capítulo II – Da Herança e Sua Administração, 142

- 1 Administração da herança, 142
- 2 Responsabilidade pelos encargos da herança, 144
- 3 Cessão da herança (Cessão de Direitos Hereditários), 145

Capítulo III – Da Vocação Hereditária, 157

- 1 Capacidade e legitimação para suceder, 157
 - 1.1 O nascituro e o art. 1.798 do Código Civil, 162
 - 1.2 O concepturo, 167
- 2 Capacidade ou legitimação testamentária passiva, 171
 - 2.1 Capacidade testamentária passiva das pessoas jurídicas, 175
 - 2.2 Incapacidade testamentária passiva, 177

Capítulo IV – Da Aceitação e Renúncia da Herança, 189

- 1 Aceitação da herança, 189
 - 1.1 Tipos de aceitação, 199
 - 1.2 Irrevogabilidade da aceitação, 205
 - 1.3 Aceitação do legado, 206
- 2 Renúncia ou repúdio da herança, 207
 - 2.1 Espécies de renúncia, 211
 - 2.2 Irrevogabilidade da renúncia, 214
 - 2.3 Efeitos da renúncia, 216
 - 2.4 Outorga uxória ou marital na renúncia, 223
 - 2.5 Renúncia feita por incapaz, 227
 - 2.6 Renúncia do herdeiro necessário que, em vida, recebeu adiantamento de legítima ou de disponível, 228
 - 2.7 Renúncia ao legado, 228

Capítulo V – Da Indignidade, 230

- 1 Exclusão da sucessão por força da indignidade, 230
- 2 Causas de indignidade, 232
- 3 Legitimado ativo para a propositura da ação de indignidade no CC/1916 e no CC/2002, 236
- 4 Prazo decadencial para o exercício do direito de exclusão por indignidade, 238
- 5 Efeitos da sentença de indignidade, 240
 - 5.1 Efeitos da sentença de indignidade na sucessão legítima, 240
 - 5.2 Morte do indigno no curso da ação de indignidade: a ação perde o objeto ou prossegue?, 242
 - 5.3 Efeitos da sentença de indignidade na sucessão testamentária, 244
- 6 Indivisibilidade da ação de indignidade, 246
- 7 Indignidade e doação, 247
- 8 Análise do parágrafo único do art. 1.816 do Código Civil, 247
- 9 Atos ou negócios jurídicos praticados pelo indigno, antes da exclusão, relacionados aos bens ereptícios (*ereptorium*), 249
- 10 Perdão ou reabilitação do indigno, 250
- 11 Diferenças entre indignidade, falta de legitimação passiva para suceder e incapacidade sucessória, 252
- 12 Diferenças entre indignidade e deserdação, 253
- 13 Diferenças e semelhanças entre indignidade e renúncia à herança, na sucessão legal e na sucessão testamentária, 254

Capítulo VI – Da Sucessão Legal a Favor do Poder Público: da Herança Jacente e da Herança Vacante, 256

- 1 Introdução, 256
- 2 Histórico, 258
- 3 Conceito de herança jacente, 258
- 4 Outros modos de jacência da herança, 261
- 5 Conceito de herança vacante, 262
- 6 Poder Público: sucessor legal obrigatório, 264
- 7 Efeitos da sentença de vacância, 265
- 8 Herança vacante e a Lei 8.049/1990, 267
- 9 Sentença de vacância e sucessores colaterais, 268
- 10 Sentença de vacância e credores do falecido, 269

Capítulo VII – Da Petição de Herança, 270

- 1 Ação de petição de herança (*petitio hereditatis*): conceito e características, 270
- 2 Legitimação ativa e passiva, 274

- 3 Da natureza jurídica da ação de petição de herança, 276
- 4 Procedimento, 277
- 5 Hipóteses comuns de cabimento da referida ação, 278
- 6 Prazo prescricional, 281
- 7 Terceiro adquirente, 283

Capítulo VIII – Dos Modos de Suceder e dos Modos de Partilhar a Herança, 287

- 1 Dos modos de suceder, 287
- 2 Dos modos de partilhar a herança, 289
 - 2.1 Modos de partilhar a herança, 289
- 3 Nexo entre modos de suceder e modo de partilhar, 293

TÍTULO II –DA SUCESSÃO LEGÍTIMA, 295

Capítulo I – Da Nova Ordem de Vocação Hereditária, 297

- 1 Introdução, 297
- 2 Herança, 298
- 3 Uma visita ao Direito anterior. Da sucessão dos filhos outrora denominados de filhos legítimos, legitimados e ilegítimos, 302
- 4 Da sucessão do filho adotivo, 304
- 5 A nova ordem de vocação hereditária, 311
 - 5.1 Sucessão dos descendentes, 316
 - 5.2 Da concorrência sucessória entre os descendentes do falecido e o cônjuge supérstite, 320
 - 5.3 Direito sucessório e separação de fato, 349
 - 5.4 Quinhão sucessório legal do cônjuge sobrevivente em havendo a concorrência sucessória com os descendentes e com os ascendentes do falecido. Modo de partilhar, 355
 - 5.5 Sucessão do cônjuge sobrevivente individualmente considerado, 359
 - 5.6 Concorrência entre o cônjuge sobrevivente e o companheiro sobrevivente, 361
 - 5.7 Sucessão dos ascendentes, 364
 - 5.8 Situação hereditária do companheiro sobrevivente, 365
 - 5.9 Companheiro sobrevivente: herdeiro facultativo ou necessário?, 397
- 6 Direito sucessório e união estável putativa, 403
- 7 Direitos sucessórios na união homoafetiva, 405
- 8 Outros direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro sobreviventes: direito real de habitação sucessório e usufruto legal sucessório, 412

- 8.1 Direito real de habitação sucessório: definição, características e controvérsias, 412
- 8.2 Usufruto legal sucessório, 420
- 9 Sucessão dos colaterais, 421

Capítulo II – Dos Herdeiros Legítimos Necessários e Facultativos, 427

- 1 Introdução, 427
- 2 Dos herdeiros necessários: definição e proteção, 429
- 3 Dos herdeiros facultativos, 431
- 4 Do companheiro sobrevivente: onde se enquadra?, 433

Capítulo III – Das Cláusulas Restritivas da Propriedade, 439

- 1 Origem histórica e natureza jurídica, 439
- 2 Natureza jurídica das cláusulas restritivas, 440
- 3 Da cláusula de inalienabilidade, 441
 - 3.1 Conceito, 441
 - 3.2 Natureza jurídica, 443
 - 3.3 Classificação, 444
 - 3.3.1 Quanto à extensão, 444
 - 3.3.2 Quanto à duração, 445
 - 3.3.3 Quanto à instituição, 446
 - 3.4 Efeitos da cláusula de inalienabilidade, 446
 - 3.4.1 Proibição de alienar e seus desmembramentos, 448
 - 3.4.2 Renúncia à herança e cláusula de inalienabilidade, 450
 - 3.4.3 Nulidade em face do descumprimento, 450
 - 3.5 Da sub-rogação de vínculos de bens inalienáveis, 453
 - 3.5.1 Conceito, 453
 - 3.5.2 A sub-rogação no Código Civil de 1916, 454
 - 3.5.3 No Código Civil atual, 456
 - 3.5.4 Da sub-rogação para bem do casal, 456
 - 3.5.5 Do juízo competente para análise da sub-rogação, 457
 - 3.6 Da dispensa do gravame por decisão judicial, 457
 - 3.7 A questão da usucapião, 460
 - 3.8 Resistências doutrinárias à cláusula de inalienabilidade, 461
 - 3.8.1 Resistências práticas, 461
 - 3.8.2 Resistências econômicas, 462
 - 3.8.3 Resistências constitucionais, 463
 - 3.9 Objeção à extensão da cláusula de inalienabilidade aos frutos da coisa onerada, 465

- 4 Cláusula de impenhorabilidade, 466
 - 4.1 Conceito, 466
 - 4.2 Oponibilidade, 466
 - 4.3 Impenhorabilidade temporária e vitalícia, 467
 - 4.4 Penhora sobre frutos e rendimentos, 470
 - 4.4.1 Histórico legislativo da matéria, 470
 - 4.4.2 Considerações, 471
- 5 Cláusula de incomunicabilidade, 475
 - 5.1 Conceito, 475
 - 5.2 Instituição isolada da cláusula de incomunicabilidade, 476
 - 5.3 Outorga marital ou uxória, 477
 - 5.4 A incomunicabilidade dos frutos e rendimentos dos bens comunicáveis, 478
- 6 Da cláusula de insub-rogabilidade nas cláusulas restritivas em geral, 479
- 7 A questão da legítima e da justa causa, 480
 - 7.1 O Código Civil de 1916 e suas críticas, 480
 - 7.2 O Código Civil de 2002 e sua proposta conciliatória, 483
 - 7.3 A justa causa, 484
 - 7.4 A regra de transição do Código Civil de 2002, 486
- 8 Da caducidade e cancelamento das cláusulas restritivas, 488

Capítulo IV – Do Direito de Representação, 490

- 1 Conceito e natureza jurídica, 490
- 2 Direito de representação em Roma, 494
- 3 Pressupostos e requisitos, 495
- 4 Efeitos, 499
- 5 Distinção entre direito de representação e direito de transmissão, 500
- 6 Direito de representação na linha reta descendente, 501
- 7 Direito de representação e o filho adotivo, 504
- 8 Direito de representação na linha colateral, 505
- 9 Direito de representação e renúncia à herança, 506

TÍTULO III – DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA NO NOVO CÓDIGO CIVIL, 509

Capítulo I – Do Testamento em Geral, 511

- 1 Noções introdutórias, 511
- 2 Conceito e características do testamento, 514
- 3 Princípios, 531

- 3.1 Princípio da liberdade de testar, não testar e revogar o testamento, 531
- 3.2 Princípio da prevalência da vontade do testador (*in favor testamenti*), 532
- 4 Testamento vital ou biológico, 534

Capítulo II – Da Capacidade Testamentária, 536

- 1 Noções introdutórias, 536
- 2 Da capacidade testamentária ativa, 537
- 3 Da capacidade testamentária passiva, 545

Capítulo III – Das Formas de Testamento, 546

- 1 Breves considerações, 546
- 2 Testamentos ordinários ou comuns, 549
 - 2.1 Testamento público, 549
 - 2.2 Testamento cerrado, 564
 - 2.3 Testamento particular ou hológrafo, 571
- 3 Testamentos especiais ou extraordinários, 577
 - 3.1 Testamento marítimo, 578
 - 3.2 Testamento aeronáutico, 580
 - 3.3 Testamento militar e testamento militar nuncupativo, 581
- 4 Conversão do negócio jurídico nulo em matéria testamentária, 583
- 5 Codicilo, 586

Capítulo IV – Das Disposições Testamentárias, 590

- 1 Introdução, 590
- 2 Designação de herdeiro ou legatário, 591
- 3 Interpretação do testamento, 592
- 4 Testemunhas testamentárias, 600
- 5 Deixas ou disposições testamentárias, 603
- 6 Classificação das disposições testamentárias, 606
 - 6.1 Disposições testamentárias puras e simples, 606
 - 6.2 Disposições testamentárias condicionais, 607
 - 6.3 Disposições testamentárias a termo, modais, com encargo ou por certo motivo, 627
- 7 Cláusulas restritivas: inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, 632

Capítulo V – Dos Legados, 633

- 1 Distinção entre herdeiro e legatário, 633
 - 1.1 Distinções finais entre herdeiro e legatário, 635
- 2 Legado. Conceito. Características, 639

- 2.1 O art. 2.014 do Código Civil, 646
- 3 Dos sujeitos do legado, 647
- 4 Encargos do legatário, 650
- 5 Transmissibilidade do legado: efeitos e pagamento, 651
- 6 Espécies de legado, 658
 - 6.1 Quanto à sua modalidade, 658
 - 6.1.1 Legado puro, 658
 - 6.1.2 Legado a termo, 659
 - 6.1.3 Legado condicional, 660
 - 6.1.4 Legado modal ou com encargo (*sub modus*), 666
 - 6.1.5 Legado por certo motivo ou causa, 668
 - 6.2 Quanto ao seu objeto, 668
 - 6.2.1 Legado de coisas, 668
 - 6.2.2 Legado de crédito (art. 1.918, 1ª parte, do CC), 672
 - 6.2.3 Legado de débito, 672
 - 6.2.4 Legado de alimentos (art. 1.920 do CC), 674
 - 6.2.5 Legado de usufruto (art. 1.921 do CC), 676
 - 6.2.6 Legado de imóveis (art. 1.922 do CC), 677
 - 6.3 Outras espécies de legado, 680
 - 6.3.1 Legado alternativo (arts. 1.932 a 1.934 do CC), 680
 - 6.3.2 Legado de direitos reais, 680
 - 6.3.3 Legado de universalidade, 681
- 7 Aceitação e renúncia do legado, 682
- 8 Caducidade do legado, 684
 - 8.1 Outras causas de caducidade acrescentadas pela doutrina, 686
- 9 Destino dos bens quando ocorre a extinção dos legados, 687

Capítulo VI – Do Direito de Acrescer na Sucessão Testamentária, 689

- 1 Origem, 689
- 2 Conceito, 690
- 3 Espécies de nomeação conjunta, 694
- 4 Direito de acrescer entre os coerdeiros, 697
- 5 Direito de acrescer entre os colegatários, 699
- 6 Direito de acrescer no legado de usufruto, 701

Capítulo VII – Das Substituições Testamentárias, 705

- 1 Origem, 705
- 2 Conceito, 706

- 3 Espécies de substituição testamentária, 707
 - 3.1 Substituição vulgar, comum ou direta, 707
 - 3.1.1 Características gerais, 710
 - 3.1.2 Caducidade, 713
 - 3.2 Substituição fideicomissária ou em confiança (fideicomisso), 714
 - 3.2.1 Requisitos, 721
 - 3.2.2 Direitos e deveres do fiduciário, 723
 - 3.2.3 Direitos e deveres do fideicomissário, 728
 - 3.2.4 Caducidade do fideicomisso, 730
 - 3.2.5 Diferenças entre fideicomisso e usufruto, 732
 - 3.3 Substituição mista ou compendiosa, 733

Capítulo VIII – Da Deserdação, 735

- 1 Conceito, 735
- 2 Breve histórico, 738
- 3 Semelhanças e diferenças entre a deserdação e a indignidade, 739
- 4 Pressupostos, 739
- 5 Causas específicas da deserdação dos descendentes e dos ascendentes no Código Civil, 749
- 6 Deserdação do cônjuge, 752
- 7 Efeitos, 753
- 8 Deserdação *bona mente*, 755
- 9 Perdão ou reabilitação do deserdado, 756
- 10 Diferença entre deserdação e erepção, 757

Capítulo IX – Da Redução das Disposições Testamentárias, 760

- 1 Generalidades, 760
- 2 Critérios para se encontrar a parte legítima e a parte disponível, 764
- 3 Ordem de redução, 766
- 4 Redução no legado de bem ou prédio indivisível, 766
- 5 Redução das doações inoficiosas, 767

Capítulo X – Da Ineficácia do Testamento, 775

- 1 Ineficácia do testamento em sentido amplo, 775
 - 1.1 Inexistência jurídica do testamento, 776
 - 1.2 Invalidade do testamento, 783
 - 1.2.1 Nulidade do testamento, 784
 - 1.2.2 Anulabilidade do testamento, 795

- 2 Ineficácia testamentária em sentido estrito: revogação, caducidade e rompimento, 801
 - 2.1 Revogação do testamento, 801
 - 2.2 Caducidade do testamento, 808
 - 2.3 Ruptura do testamento ou rompimento do testamento, 810

Capítulo XI – Do Testamenteiro, 817

- 1 Características e nomeação, 817
- 2 Das atribuições, tipos e responsabilidades do testamenteiro, 819
- 3 Da remuneração e peculiaridades da testamentaria, 821

TÍTULO IV – DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA, 827

Capítulo I – Do Inventário, 829

- 1 Introdução, 829
- 2 Conceito e características do inventário *causa mortis*, 830
- 3 Conteúdo do inventário judicial, 836
- 4 Formas de procedimento de inventário judicial, 838
 - 4.1 Inventário comum, solene ou tradicional, 840
 - 4.2 Inventário judicial sob a forma de arrolamento sumário, 844
 - 4.3 Inventário judicial sob a forma de arrolamento comum ou simples, 846
- 5 Legitimidade ativa concorrente para requerer a abertura do inventário, 849
- 6 Administrador provisório da herança, 850
- 7 Inventariante, 851
 - 7.1 Da nomeação do inventariante, 852
 - 7.2 Das funções do inventariante, 854
 - 7.3 Da remoção do inventariante, 857
- 8 Inventário negativo, 859
- 9 Inventário e partilha extrajudiciais, 859
 - 9.1 Introdução, 859
 - 9.2 Requisitos, 863
 - 9.3 Competência territorial, 865

Capítulo II – Dos Sonegados, 867

- 1 Introdução, 867
- 2 Conceito e características da sonegação, 868
- 3 Penas, 871
- 4 Caracterização, 872

- 5 Notas acrescidas sobre a ação de sonegados, 873
- 6 Efeitos da ação de sonegados, 875

Capítulo III – Do Pagamento das Dívidas, 878

- 1 Origem, 878
- 2 Introdução, 878
- 3 Procedimento do pagamento das dívidas, 879
- 4 Discriminação de patrimônio, 881
- 5 Responsabilidade dos herdeiros, 881

Capítulo IV – Da Colação, 882

- 1 Origem histórica, 882
- 2 Noções introdutórias e definição, 883
- 3 Momento em que a colação deve ser realizada, 887
- 4 Natureza jurídica da colação, 889
- 5 Colação e redução das disposições testamentárias, 890
- 6 Colação e redução das doações, 891
- 7 Doação inoficiosa na doação para descendentes e cônjuge, 898
- 8 Pressupostos da colação, 900
- 9 Atos ou negócios que não geram o dever de colacionar, 902
- 10 Colação e partilha em vida, 904
- 11 Colação e doação feita a um casal ou a um cônjuge, 905
- 12 Sucessores sujeitos ao dever de colacionar, 906
- 13 Modos de se fazer a colação, 908
 - 13.1 No Código Civil de 1916 e no Código de Processo Civil de 1973, 908
 - 13.2 No Código Civil de 2002, 912
- 14 Consequências da infração ao dever de colacionar, 914

Capítulo V – Da Partilha, 917

- 1 Origem, 917
- 2 Conceito, 918
- 3 Diretrizes acerca da partilha, 921
- 4 Princípios a serem observados na partilha, 922
 - 4.1 Princípio da igualdade, 922
 - 4.2 Princípio da comodidade, 923
 - 4.3 Princípio da prevenção de litígios, 924
- 5 Requerimento de partilha, 924
- 6 Formal de partilha, 927
- 7 Espécies de partilha, 928

- 8 Adjudicação dos bens, 930
- 9 Sobrepartilha, 930
- 10 Da garantia dos quinhões hereditários, 931
- 11 Anulabilidade, rescisão e nulidade da partilha, 933

Referências bibliográficas, 941